

## Uma outra ideia de liberdade. Entrevista com Eduardo Lourenço em torno dos libertinos

RUI SOUSA  
CLEPUL



Por várias vezes, no âmbito da investigação de doutoramento que tenho desenvolvido, procurei reunir as condições necessárias para trocar algumas impressões com o Professor Eduardo Lourenço. Tendo noção de que provavelmente alguns destes assuntos diferiam dos temas habituais em torno dos quais a inigualável capacidade reflexiva de Eduardo Lourenço tem deambulado, estava também ciente de que a originalidade das ideias, a fulgurante capacidade de extrair pérolas imprevisíveis dos mais distintos contextos, a generosidade da partilha dos pontos de vista e a bagagem intelectual acumulada ao longo de décadas de contacto com todo o tipo de expressões artísticas e de participação em todo o tipo de eventos culturais um pouco por todo o mundo seriam mais do que suficientes para repensar devidamente os assuntos de que me ocupava. Finalmente, na sequência da palestra de encerramento do *Congresso 100 Orpheu*, em que Eduardo Lourenço falou, entre outras coisas, da importância da mitologia para o perdurar da imagem que construímos de alguns dos grandes vultos da geração modernista portuguesa e constatou que talvez Almada Negreiros carecesse de um investimento mais amplo nesse sentido, consegui apalavrar uma conversa, que decorreu no dia 30 de março de 2015, na Fundação Calouste Gulbenkian. No final, a última pergunta acabou por dar lugar a mais algumas e, depois, a mais algumas ideias trocadas a respeito de Mário de Sá-Carneiro, um exemplar perfeito da maldição narcísica de que faláramos momentos antes, e de Almada Negreiros, esse importantíssimo artista plural que, na opinião do Professor, não teria sido alvo de uma tão aprofundada mitologia pessoal por parte da crítica especializada.

Parti para a entrevista seguro, também, de que o tema dos libertinos constitui um universo plural, com uma evolução polémica e particularmente rica no âmbito das férteis transições de que se foi fazendo a Modernidade Ocidental. A ideia seria, acima de tudo, perceber como lidaria um pensamento tão original e rico como o de Eduardo Lourenço quando confrontado com um universo vasto, polémico, nem sempre devidamente compreendido e que se relaciona com alguns dos nomes mais controversos e originais do pensamento filosófico e literário ocidental.

A entrevista, na sua vitalidade, é também uma expressão importantíssima do momento em que decorreu, conforme se percebe em várias das questões abordadas: o interesse pelo Surrealismo-Abjeccionismo português, assinalado, em 2013, no *Congresso Internacional Surrealismo(s) em Portugal*, organizado pelo CLEPUL; a influência que o projeto em torno da Cultura Negativa, também do CLEPUL, foi tendo no descobrir de assuntos e autores menos lembrados, que Eduardo Lourenço não deixou de referir, como Charron ou Garasse; finalmente, a realização, alguns meses antes, de um de três Congressos dedicados a Teixeira de Pascoaes, ao abrigo do qual surgiram as perguntas finais desta entrevista. Na qual se fala de Bocage, Pascoaes, Pessoa, Luiz Pacheco, José Cardoso Pires, entre outras importantes figuras da tradição cultural portuguesa. Mas também de uma série de nomes maiores das mais importantes literaturas europeias. Nesse sentido, a entrevista é e não é dedicada ao libertinismo e às suas muitas faces e expressões. Parte do erotismo para pensar a diferença entre



a tonalidade de provocação sexual que associamos frequentemente ao termo para, a certa altura, dar um âmbito muito mais rico e complexo à pulsão das identidades anti que desde sempre tem movido uma certa linhagem de personalidades complexas e fascinantes, nem sempre consensuais e muitas vezes problemáticas e difíceis de tolerar, mas essenciais para se compreender a nossa cultura como conjunto de camadas e de alternativas em diálogo, mesmo que agressivo ou conflituoso. E a mitologia clássica, outra das grandes fontes do nosso imaginário e uma das imagens de marca da sabedoria inigualável de Eduardo Lourenço, marca presença soberana. Como, salienta no final o próprio, não podia mesmo deixar de ser.

**RUI SOUZA (RS) – Numa primeira leitura, no decorrer do meu percurso de reflexão em torno dos libertinos, foi a vertente erótica que sobressaiu.**

**EDUARDO LOURENÇO (EL) –** A face erótica da Humanidade faz parte dela, colocando diferentes problemas consoante o prisma a partir do qual pensarmos. Se pensarmos no erotismo num sentido genérico, enquanto natureza, como conjunto de estratégias a que a espécie recorre para se prolongar naturalmente, por exemplo. Mas isso não é propriamente erotismo. O erotismo é uma atitude, um comportamento, algo tipicamente humano. É um segundo grau, é quase poetizar levando ao segundo grau o que é natural e assim se converte num objecto de manipulação ou de instrumentalização. Em relação aos libertinos, pode falar-se do erotismo na Antiguidade, mas também aí temos de compreender algumas particularidades. De facto, se pensarmos nos autores antigos, quer gregos quer romanos, nem todos são conotados glosaram essa temática ou são conotados como tal. Penso que no caso que lhe interessa o erotismo terá adquirido um sentido especial, com fundamentos no interior do código criado em função de uma cultura religiosa, sobretudo de matriz cristã. Por exemplo, e não sendo essa a minha especialidade, sei que essa temática, tendo fundamentos humanos, na cultura índia funciona de um modo completamente diferente, não tem as conotações negativas ou culpabilizantes que são características da civilização ocidental, se a entendermos enquanto cristã. Temos de compreender que existem códigos.

**RS – O que entende pelo que poderíamos chamar libertinos da antiguidade?**

**EL –** Bom, podemos começar por falar por exemplo de Petrónio, no *Satíricon*, que depois foi reciclado numa série de outros contextos, entre os quais o fundamental filme de Fellini. Mas é engraçado, agora surgiu-me de repente uma leitura diferente. A nossa civilização, sobretudo a partir do século XVIII, e de forma clara, passou a autoerotizar-se, de tal forma que de facto paradoxalmente cada vez é menos libertina. Se o libertinismo se torna uma prática quase aceitável e assumida, perde-se a dimensão cultural

que podemos dizer que está conotada com um tempo, relacionado com a Revolução Iluminista.

**RS – A mitologia do libertino está de algum modo integrada naquele universo poético que se relaciona com os poetas malditos, a excentricidade, o ceticismo relativamente aos poderes constituídos... O conceito é muito mais vasto e transversal do que inicialmente pensava e dá lugar a uma série de transições em torno do rótulo que aplicamos ao inimigo.**

**EL –** Aqui em Portugal, de facto, praticamente nenhum dos nossos autores se aproxima dessa ideia. Por exemplo, a parte que respeita ao início da nossa literatura, a do Cancioneiro, toda aquela poesia que de uma forma quase naturalística tem uma grande fixação – ou pelo menos aflora – os fantasmas que nascem da nossa relação com a sexualidade, vai desde logo encarar essa questão no seu aspecto negativo, quer dizer, os poetas vão logo evidenciar que partilham de uma vertente de pensamento tradicional, vigente na Idade Média, e que se desenvolvem dentro de um certo quadro de valores que estão catalogados e propiciam as suas leituras a respeito dos pecados. Os pecados não são todos da mesma ordem, mesmo quando se contaminam uns aos outros. Há um livro famoso, da época em que essa temática apareceu separada e consciente de si própria, da autoria de Bossuet, e que é relativamente raro: o *Traité de la concupiscence*. Curiosamente, é na Igreja, no âmbito da confissão, que começava a surgir uma verdadeira fixação pela ideia de pecado e pelo modo como, apesar de existirem várias formas de o conceber, ele acaba por ter sempre uma certa ressonância que remete para os comportamentos e, sobretudo, para esse domínio, que é de uma universalidade absoluta, da sexualidade. E isto embora a nossa mitologia de ocidentais, filhos da *Bíblia* e do *Evangelho*, pense em termos de um pecado original. Nós não conhecemos a essência concreta desse pecado. Mas conhecemos a sua forma: o pecado é uma desobediência. Com o tempo, essa desobediência começou a ser entendida como uma transgressão, sobretudo na esfera do sexual. De tal forma que a maioria dos desregramentos aplicados aos

homens como sendo atitudes negativas, transgressivas ou ofensivas o são a respeito da única coisa que se pode ofender – o que em nós é divino ou divinizante e o que é a fonte essencial dessa divinização, que é Deus. Todas as grandes catástrofes bíblicas, desde a questão de Sodoma e Gomorra ao Dilúvio, passam sempre por questões deste género, num certo comportamento desavergonhado que se torna um alvo. Quando a Igreja triunfou e se firmou na ordem histórica, a verdade é que se deu uma fixação, que perdura até aos dias de hoje, e que se consegue adivinhar nas palavras de um homem como o antigo papa Bento XVI, o primeiro que eu tinha ouvido a referir-se a Eros. Deve ter sido provavelmente o primeiro na História, o que é extraordinário. É um filósofo, alemão, que conhece muito bem a sensibilidade moderna e do que é que ela é feita e está a par da erotização que se deu na Modernidade Ocidental.

**RS – E isto está relacionado com a concupiscência de que tratava Bossuet.**

**EL** – Esse *Tratado da concupiscência*, na medida em que a concupiscência é um sistema, não gira apenas em torno desse pecado, transgressivo, da ordem do sexual, corresponde antes à ideia de que todos os pecados estão ligados uns aos outros. Existe uma espécie de hierarquia curiosa dos pecados e mesmo os que têm uma outra natureza, por exemplo a gula, que está relacionada com o apetite, podem ser encarados segundo esse prisma – temos assim a gula ou apetite sexual. Daí a contaminação, as coisas estão todas ligadas. Agora, o que está, historicamente falando, relacionado com o libertinismo, embora já existisse antes, tem expressão, em termos modernos, com uma série de poetas que de algum modo repercutem vozes que vêm da Antiguidade. Penso que um veículo, mesmo que contaminado, de todo o imaginário do mundo ocidental foram os livros de Ovídio, em torno do amor. Mas dada uma certa sacralização da cultura antiga, o seu conteúdo torna-se aceitável enquanto exemplar de um certo ponto de vista, de um certo entendimento da beleza antiga. Uma espécie de desculpa que também continuamos a dar para a aceitação da nossa grande exceção das exceções, os versos de Camões. Nós não temos nada parecido, na nossa cultura, pelo menos até tempos mais recentes, no que respeita àquela exaltação da onnipotência de Eros, nas famosas quadras sobre Vénus. Algo de extraordinário dentro da própria conjuntura do Renascimento. Mas depois o libertinismo, pelo menos o verdadeiro, surge quando se dá uma promoção a comportamento significativo e importante do gesto de pôr em causa o valor dos valores, esse código ligado ao Deus dos Mandamentos. No contexto dos Mandamentos, há, na verdade, dois que podem ser considerados verdadeiros, que são os relacionados com coisas de amor. Os outros

são essencialmente descritivos de aspetos provenientes da Antiguidade, que colocam em causa a identidade divina ou divinizante do Homem, segundo uma hierarquia que remete para práticas já intrínsecas das sociedades e que lhes permitiam controlar as suas pulsões. É o caso do casamento, do não cobiçar a mulher do próximo, entre outras coisas. Há um discurso que tem em conta essas situações. Se lermos atentamente as *Epístolas de São Paulo*, percebemos a dimensão do problema: o casamento não é uma boa solução, mas é a melhor das soluções possíveis.

**RS – O Professor concorda com o ponto de partida de que poderemos relacionar os libertinos com aquilo a que normalmente tendemos a designar como Modernidade?**

**EL** – Bom... não convém diluir o conceito demasiado, ele tem importantes circunscrições contextuais e culturais. No século XVII, há uma obra, que conheci através da Professora Maria Alzira Seixo, que na altura se estava a doutorar, e que teve como tema da sua tese um desses autores, Sorel. Fazia parte de um grupo de céticos atrevidos, entre os quais estava também Charron. E é a propósito disso que há um jesuíta que escreve um livro consagrado à refutação do libertinismo.

**RS – Sim. Concordando com a ideia de que não se pode alargar demasiado o conceito, penso que se poderá pensar, a partir do contexto em que o conceito emerge, e dos diversos rostos que foi assumindo e das distintas etiquetas que lhe foram dando, no seu conteúdo enquanto parte das próprias dinâmicas da Modernidade.**

**EL** – O libertino não é, de facto, apenas a fixação clássica num termo preciso. É uma questão de revisitação de toda a mitologia da Criação, sobretudo a partir do Cristianismo, a partir da qual se salienta um ator de si mesmo, que é o homem, e que se vai tornando progressivamente mais independente de Deus. É uma espécie de argumento contra uma certa visão de Deus e dos efeitos que essa visão tem nos códigos que os homens devem respeitar ou não. É um problema relacionado com os códigos éticos e com o exercício da sua prática. É por isso que se pode dizer que o libertinismo é a primeira grande manifestação de uma passagem subtil, progressiva, para qualquer coisa que nunca foi popular em si mesma mas que reside na contestação ao discurso religioso tradicional e sobretudo nas perspetivas que durante séculos tivemos sobre o Deus evangélico. É bastante mais do que uma fixação óbvia, ao mesmo tempo subtil e paranoica, na sexualidade; é uma outra visão das coisas. Lucrécio, por exemplo, não é um libertino. É um pagão natural, que faz no *De Rerum Natura* uma imagem do nascimento da vida ligada ao

simbolismo da dimensão amorosa de Vênus. Não há ali nenhuma ideia de maldade.

**RS – Não há uma estética da contestação.**

**EL** – Sim, não há nada a contestar. A realidade é entendida como aquilo mesmo, intrinsecamente. Os libertinos não, os que se afirmaram enquanto tal ou teorizaram e exprimiram nos seus versos e ensaios essa mundividência visaram propositadamente contestar esse Deus, totalmente alheio a uma lógica pagã.

**RS – E através desse gesto contestavam também um determinado contexto.**

**EL** – Há uma ideia de contestar a sociedade, os valores constituídos, burgueses mais tarde. Agora estamos a viver essa situação em pleno, nunca se tinha visto uma coisa assim. Saiu há pouco uma revista com um texto apresentando, como uma espécie de ideal, o universo em que se movimenta um senhor chamado Sade, que converte em filosofia toda essa vertigem de contestação. Mas digamos que, paradoxalmente, na filosofia de Sade é a própria natureza que é perversa. Não existe nenhuma exaltação nem nada que se possa dizer que seja positivo, tudo termina em grande catástrofe, num niilismo absoluto. É uma visão catastrófica. Depois temos aquela fase em que o conceito é problematizado e coloca questões de toda a ordem, por exemplo em Baudelaire e nas *Flores do mal*. Já não é o horror puro, é mais uma certa contaminação da pureza. O tema é realmente muito vasto e nunca foi sistematicamente tratado. Entre nós, são muito raros os exemplos que se fixam neste universo. Bocage terá sido talvez o caso mais exemplar, de acordo com o seu ato de contrição final, mesmo que virtual, no qual cita Aretino, um dos primeiros que veste a figura de alguém que poderia dizer-se uma espécie de Luiz Pacheco, numa época em que os valores cristãos, ainda plenamente vividos e sentidos, são sujeitos a um teatro da desconstrução, com sentido negativo. Há vários exemplos destes, é uma tradição sempre latente. Os que foram rotulados de ateístas ou pelo menos panteístas, como Espinosa, receberam essas conotações. Mesmo que no caso de Espinosa não exista nada além de uma ideia de que a Natureza é em si mesma Deus. Essa é que é a sua verdadeira filosofia, mas ele não terá calculado as consequências que tais ideias traziam consigo.

**RS – O que é que o Professor pensa a respeito da mitologia do artista enquanto maldito, exilado, marginal? De alguma forma, o libertino é um dos rostos desse âmbito vasto. Por exemplo, referiu há pouco Luiz Pacheco, que tem um texto importante que se chama “O que é um escritor maldito?”, no qual constrói uma linhagem que poderia ser dita como típica dos**

**libertinos. E ao mesmo tempo José Cardoso Pires escreve a *Cartilha do Marialva*, na qual estabelece a oposição entre libertinos e marialvas.**

**EL** – Sim, sim. Mas os nossos marialvas talvez fossem também uma espécie distinta de libertinos...

**RS – O Cardoso Pires considera que o marialvismo português é uma espécie de antilibertinismo.**

**EL** – Bom, então está perfeitamente definido. O marialvismo está do lado da boa consciência social, os marialvas são representantes das boas famílias, embora se pudessem dar ao luxo de infringir um certo código, banalizando as relações humanas em geral, sobretudo em tudo quanto tem que ver com a liberdade em termos sexuais. Mas não temos, realmente, grandes teóricos quanto a este assunto. Aquela gente que fez a Revolução Francesa, se excluirmos Robespierre, que era um puritano, está muito ligada a esses assuntos... Veja-se por exemplo Saint-Just, o Anjo da Revolução, que tinha vinte e poucos anos quando fez a revolução e morreu perto dos trinta. Escreveu um grande poema erótico, que podemos considerar libertino, e que mostra que a questão não era apenas relacionada com os fantasmas que temos em relação ao sexo, mas sobretudo com a reivindicação de uma liberdade total, sem Deus nem Mestre, como mais tarde dirão os modernos, já no século XIX. Outro desses homens, com uma obra muito mais consistente e que teria certamente uma alma de libertino, foi Diderot. E depois teríamos de falar dos libertinos práticos, como Casanova, com o seu comportamento totalmente livre e mesmo irresponsável, cuja vítima preferencial é a mulher enquanto tal.

**RS – Podemos falar então de dois tipos de libertinismo?**

**EL** – Sim, e poderemos figurar isso nos dois tipos de Dom João. O libertinismo do Dom João, espanhol, de cuja figura partem os outros, embora o personagem se possa encontrar em vários contextos, mesmo anteriores, e o Dom João segundo Molière, que não é só uma história de relação com o outro sexo e das formas de se comportar em relação a ele com a atitude de um potencial domador de objetos. O libertino pode ser também aquele que age de acordo com uma outra ideia de liberdade. A versão espanhola é mais ortodoxa, perfeitamente barroca se se quiser, mas perfeitamente fiel ao código vigente. O autor de Don Juan é um monge, desde Molina. Lope de Vega também era um monge, embora um pouco dado às mulheres também. Na ordem prática, temos de passar de uma coisa para a outra, naturalmente, a imaginação humana é bastante limitada. Na ordem do conceito, o Don Juan de Molière é uma coisa completamente diferente, esse sim está penetrado de uma outra filosofia, contestatária da tradição que na altura está a ser colocada em debate, no momento da

guerra das religiões, do emergir do protestantismo, das discussões em torno da liberdade... É o tempo da *libre pensée*, dos libertinos na verdadeira aceção da palavra. E é contra esses que escreve Pierre Garasse, o tal jesuíta de que lhe falei. Quando Don Juan de Molière dá a esmola, o pedinte diz-lhe: “Deus te pague”. E ele responde: “Eu estou-te a dar isto em nome da Humanidade”. E esta é a filosofia do libertinismo.

**RS – Será sobretudo uma questão de consciência. É de resto nesta transição que se pode dizer que um Camões ou um François Villon não sejam exatamente libertinos... falta-lhes de algum modo essa consciência.**

**EL –** Sim, não é de modo algum a mesma coisa... é gente para quem o pecado ainda existe, e entendido de uma forma bastante forte. Eles transgridem, mas por exemplo Villon espera que a força o redima. O código é o mesmo, pode até considerar-se reforçado. Os outros não, os outros já estão além.

**RS – O Professor acha que esse estar para além vai entroncar na consciência aristocrática dos artistas exilados?**

**EL –** Bom, temos de considerar que os malditos são vastos, há malditos de várias naturezas. A variedade será provavelmente maior do que no contexto dos não malditos. Nietzsche, por exemplo, não pode ser incluído na ideia de libertino. Nietzsche é alguém que está a inventar um novo Deus, está a contestar um Deus e ao mesmo tempo propondo um homem superior ao próprio homem, um outro deus. E sabe-se pela história humana dele, na sua ligação com Lou Salomé, que era um romântico absoluto. Todos os românticos, com a sua perspetiva platónica, que é mais do plano do imaginário do que do plano histórico, reagem por contraste relativamente à geração iluminista, com o seu ideal de Homem sujeito absoluto da sua razão e das suas próprias pulsões. Se pensar por exemplo em Novalis, e na sua relação com Clotilde de Vaux, estamos perante uma perspetiva do sexo que não se desliga do endeusamento romântico. Ela é vista como a deusa da humanidade. Algo que nunca passaria na cabeça de um Sade, essa imagem poética de uma mulher maravilhosa, como única coisa decente que resta neste mundo. A sentimentalidade romântica alemã é um núcleo fundamental do conjunto de coisas a que chamamos Romantismo. O Romantismo terá sido uma divinização da Humanidade por si mesma, não tanto num sentido de contestação, mas de acordo com um princípio que Goethe já define no final do *Fausto*, o do eterno feminino. De certo modo, o resumo do Romantismo é dado por Goethe, ao dizer que o eterno feminino nos leva para cima, para um certo infinito. Novalis, mais jovem e hiper-romântico, dirá que a natureza é a continuação da sua bem amada. Não se pode ir mais longe do que isto. Mas

todas estas questões e opostos são, essencialmente, uma coisa muito particular, com uma natureza profundamente europeia. Poderá talvez pensar-se que há alguma coisa disto em autores extraeuropeus, como no caso de um homem como Mishima, que poderia ser visto como um libertino do Japão. Mas sempre sujeito a outros códigos, que são muito mais imperativos do que os nossos.

**RS – E quanto aos nossos autores?**

**EL –** É uma coisa interessante... há um certo silêncio nos nossos autores... por um lado temos Bocage. Cem anos depois, temos Guerra Junqueiro, com *Dom João*, que é hiper-cristão. Lá fora parece fácil desenvolverem-se outras perspetivas, o protestantismo facilitou muito isso. Essa liberdade de espírito de pessoas como Oscar Wilde nunca existiu em Portugal. Só em gerações já mais recentes. Pessoa, por exemplo. Aliás, principalmente Pessoa. Depois há esta gente nova, os autores do Surrealismo... mas o Surrealismo não tem grandes raízes nacionais, é uma coisa europeia, é um vasto movimento europeu com ecos um pouco por toda a parte.

**RS – O Professor não acha que o nosso Surrealismo, em particular naquela vertente que tem sido definida como Abjeccionismo, está de muito ligado a um certo contexto?**

**EL –** Ah, mas o Abjeccionismo não tem absolutamente nada que ver com Breton! Breton é um romântico, um dos grandes representantes do romantismo naquela época.

**RS – Será mais uma aproximação a Bataille?**

**EL –** Sim, mas esse é já um dos grandes pensadores desse domínio pós-freudiano, dos que resistem ao primeiro grande tratamento moderno do enigma dos enigmas. A questão passa a ser dessa ordem, em contraste com uma época em que estávamos num horizonte de positividade, que é uma forma de trocar em moedas fracas toda a tradição iluminista. Entramos num momento de intensa incandescência, é algo totalmente diferente. Embora o positivismo não tenha apenas essa fase fixada no paradigma do saber de tipo científico, segundo o qual o que separa o verdadeiro do falso é aquilo que pode ser ou não provado. É também um poder de pensar, de sonhar, de inventar relações mais ou menos oníricas com a natureza que visa dominar completamente.

**RS – Não lhe parece que a reação a essa lógica científica do positivismo que dominou o final do século XIX, por parte do Simbolismo e do Decadentismo, encontra algumas semelhanças importantes no contexto do que é pensado pelo Abjeccionismo?**

**EL –** No Simbolismo o real deixa de ser o horizonte do significativo. E também não é o sonho, à maneira da

idade barroca, em que Calderón pode definir a vida como sonho, figurando a vida e o destino humanos como algo precário. É algo próprio de uma intuição mais típica do Oriente e que joga com a noção de ilusão. Mas no Ocidente isso é corrigido, porque a ilusão é sempre relacionada com outra coisa, com um *au-delà*. Uma outra vida, um além, de inspiração platônica ou que pelo menos Platão terá captado num Oriente mais antigo. O Simbolismo, na sua forma mais híper-simbólica, que entre nós tomou forma sobretudo no criador de Caeiro, Fernando Pessoa, é a existência de um puro fantasma. *O marinheiro* trata de criaturas que só têm vozes e que não compreendem o menor sentido do que dizem, falam porque não podem deixar de o fazer, e esperam numa espécie de delírio do sonho contínuo, esperando que isso se torne realidade, que o marinheiro sonhado se torne real. E o próprio marinheiro imagina uma cidade que ele constrói, dando-se depois conta de que o que está a construir já tinha sido sonhado... é o lado platônico de Fernando Pessoa, que tem sido pouco estudado e é fundamental.

**RS – De algum modo, podemos considerar uma relação entre os heterónimos e manifestações de ideias platônicas?**

**EL** – Ele inverte completamente a coisa. Espera de uma criação de segundo grau uma realidade que ele não tem.

**RS – De alguma forma, esse platonismo também tem uma forte ligação com a questão do génio, que Teixeira de Pascoaes também trata sobretudo através das biografias, ao convocar figuras reais para as converter num determinado imaginário daquilo que o poeta deve ser.**

**EL** – Sim, mas Pascoaes era um platônico de grau absoluto, sem uma série de problemas que se notam em Pessoa. São homens ao mesmo tempo muito parecidos e muito diferentes.

**RS – O tratamento que dão ao tema do génio não é de algum modo semelhante, embora funcionando em circuitos opostos? De algum modo, o que o Pessoa fez com os heterónimos e depois com o Bernardo Soares foi a produção de uma espécie de biografias, mas de figuras que à partida já não existiam, é uma inversão do projeto de Pascoaes, que pega nos biografados para sobrepôr à sua biografia um ideal poético essencial que é mais expressivo do próprio Pascoaes do que de qualquer deles.**

**EL** – Sim, sim... Teixeira de Pascoaes é um neo-romântico, um ultra-romântico de algum modo... Pessoa também é, mas num sentido diferente, não é o mesmo Romantismo. Pessoa, no *Livro do desassossego*, enquanto Bernardo

Soares, assume-se enquanto sonhador e unicamente sonhador. Reside aí a diferença, pois, se isso significa alguma coisa no código de linguagens e de referentes que a nossa cultura nos deu, nele os sonhos são mesmo sonhos, não têm incarnação. Para Pascoaes, são os sonhos que são reais e os seres reais são sonhos.

**RS – Pessoa de algum modo converte figuras irreais em reais e a realidade em sonho, Pascoaes conjuga os dois domínios, realidades e sonhos. Se me permite, aproveito uma última pergunta para tratar um autor diferente. O que pensa da figura e da obra de Luiz Pacheco?**

**EL** – Relativamente ao Luiz Pacheco, eu li e conheço muito pouco. Lembro-me de ter lido um texto que se chama “O Teodolito”, com o qual me fartei de rir. Ainda por cima tem uma excelente sátira ao meu amigo Urbano Tavares Rodrigues. Mas é um personagem... engraçado que o próprio Pessoa, no *Livro do desassossego*, se inclui numa linhagem que provém de uma personagem da Antiguidade, Diógenes. São sujeitos que por natureza são anti código. Diógenes encerra a atitude de, perante o imperador do mundo, Alexandre, reivindicar a exigência do sol. Essas declarações que se atribuem agora a Herberto Helder são típicas disto... ele era um Diógenes. Pessoa também tinha isso.

**RS – Será talvez mais uma marca dos libertinos.**

**EL** – Em ficção tudo é possível. A questão é que Luiz Pacheco, em relação às coisas correntes, triviais e visíveis, teve o mesmo comportamento. Não é uma figura poética da recusa de tudo, é próximo de uma certa ideia que surge a partir de meados do século XIX, relacionada com pessoas que colocam a sociedade em questão na sua totalidade, com enorme radicalidade prática. Nunca se tinha visto uma tal atitude, em tão ampla extensão. Existiam os movimentos místicos, que eram de outro género, mas aqui está em causa a necessidade de construir uma outra realidade e sobretudo de destruir a existente de modo concreto, não no plano das ficções. Essa gente, que assassinava reis e utilizava bombas numa pulsão continuada que prolongava de certo modo a Revolução Francesa, foi apelidada de anarquista, transportando consigo um certo ideal niilista. Luiz Pacheco não fez nenhuma reflexão a respeito dos valores, limitou-se a considerar que não existia nada que merecesse o seu respeito.

**RS – Essa talvez seja uma boa fórmula para definir o que existe de comum em relação a algumas destas figuras de que falámos.**

**EL** – Essas pessoas, num mundo antigo totalmente diferente, do qual não conseguimos ter a noção exata, como Diógenes, habitavam um mundo em que não existia

pose, eram genuínas, autênticas. Aquela pose era sem pose. E nós agora estamos condenados à pose, mesmo quando se tenta uma antipose.

**RS – Será então ao nível da pose que se definem estas personalidades que fazem do corpo, da biografia e do discurso sobre a biografia formas de combate. Uma atenção a si próprios e ao seu corpo enquanto objetos de arte, talvez.**

**EL –** É sobretudo narcisismo. As tragédias que dominam o nosso tempo são de pessoas das quais se deduz desejarem atos que lhes permitam ser lembradas para sempre. Na antiguidade esse tipo de atitude estava relacionada com uma personagem como Heróstrato. Não há forma de

nos libertarmos daqueles mitos, realmente... A ideia de alguém que para ser lembrado decidiu queimar um dos mais famosos templos daquela época... É evidente que nunca mais nos esquecemos dele. E foi uma das figuras que mais fascinou Fernando Pessoa.

**RS – Curiosamente é isso que os libertinos procuravam na sua forma de exceção.**

**EL –** Claro... a busca do choque tem muito que ver com essa questão. Em certa medida, eles funcionam todos do mesmo modo.

Recebido: 23 de março de 2016  
Aprovado: 25 de maio de 2016  
Contato: [ruidnsousa@gmail.com](mailto:ruidnsousa@gmail.com)